

Tanaru, um lugar de memória

Tanaru, a place of memory

Altair Algayer¹

ORCID: 0000-0002-8267-7650

DOI: 10.26512/rbla.v14i1.46455

Recebido em outubro/2022 e aceito em novembro/2022

Quando comecei a trabalhar na Frente Etnoambiental Guaporé, em 1992, já havia uma referência de isolados conhecida pela Funai por “Isolados do Rio Omerê”. Essa referência estava dentro das histórias de supostos massacres de indígenas na região do rio Corumbiara em 1985 e 1986. A Funai ficou com esse registro desde a década de 1980 e ainda não havia esgotado o trabalho com relação a isso. Em 1992, o coordenador da Frente era o indigenista Antenor Vaz. Com sua saída, o indigenista Marcelo dos Santos assumiu a coordenação. Assim que iniciou os trabalhos na Frente, Marcelo trouxe a memória dessa referência – na década de 1980, foi ele quem coordenou os trabalhos e expedições nessa região em busca dos isolados. Com essa retomada, começaram a aparecer várias estórias contadas por pessoas da região, confirmando a presença dos índios: falavam de saques que os indígenas faziam nas fazendas, das flechas que deixavam em troca, de terem vistos indígenas vestidos de bermuda cruzando estradas. Em 1994, reiniciamos as expedições nessas áreas. Não havia um foco específico para o trabalho da Funai, já que tinha informações sobre a presença dos indígenas em distintos pontos: no rio Omerê, no baixo Corumbiara e nas cabeceiras do rio Taboca. Íamos mapeando as “ilhas de mato” que sobraram, já que o desmatamento era intenso nesse período. Fato é que nos perdíamos na questão de entender onde que os isolados poderiam estar naquele cerco que se formava com a extração de madeiras e os vastos campos de pasto que os rodeavam. Além disso, muitas áreas eram extremamente difíceis de acessar, pois tínhamos que passar por dentro de propriedades particulares e os fazendeiros recusavam o nosso acesso nesses locais.

Com uma expedição específica no rio Omerê em 1995, fizemos o

¹ Coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé - FUNAI

contato com dois grupos: os Kanoé e os Akuntsú. Com isso, achamos que eram os únicos isolados da região e que todas as informações que tínhamos acessado era com relação a presença deles. Enfim, um ano depois, apareceu a presença de isolados na região das cabeceiras do afluente do rio Tanaru e do rio Taboca, bem no meio. Era o indígena do Tanaru. Um madeireiro passou a informação sobre a presença de isolados e fomos lá conferir. Chegando, vimos que se tratava realmente da presença de indígenas com habitações abandonadas – devia ter uma semana que tinham fugido do local. Um funcionário inclusive afirmou ter visto índio na mata. Fomos seguindo os vestígios e passamos por outros vestígios até chegar dentro de uma derrubada enorme feita há uns seis meses – depois descobrimos com um funcionário da fazenda que os trabalhos da derrubada iniciaram entre o Natal e Ano Novo de 1995. No entorno dessa derrubada, tinham muitos vestígios antigos, de três a quatro anos. Quando entramos na derrubada, que ainda não tinha sido queimada, achamos os restos de uma aldeia antiga, tinha plantação de banana e de mamão, milho roçado pelos funcionários da fazenda, uma maloca queimada que ainda víamos os esteios e as pontas das paxiúbas no chão e vários buracos espalhados pelo local que estávamos, por volta de quatorze buracos. Era de fato uma habitação bem maior em relação às que encontramos no mato antes de chegarmos na derrubada. No início achamos que era um número maior de pessoas, mas ao longo do tempo, das buscas, concluimos que estávamos, naquela época, diante da presença de apenas uma pessoa, razão das malocas terem diminuído de tamanho e extensão.

Na época, não tínhamos nenhuma decisão judicial para trabalharmos no local onde encontramos os primeiros vestígios. O fazendeiro não deixava entrar e as primeiras decisões judiciais para interdição da área chegaram bem depois. As interdições eram de três meses e outras de seis meses apenas. Toda vez que essas decisões judiciais venciam, passava-se até um mês para a prorrogação de uma nova interdição da área – até renovar e outra ser analisada e sentenciada, demorava. Nesse ínterim, o fazendeiro atuava na destruição, tirava a Funai de dentro da área e começava a colocar gente andando na mata sobre os vestígios do isolado, extraía o que podia de madeira e limpava tudo com a intenção de desaparecer com qualquer presença do indígena. Quando a decisão era novamente validada, voltávamos para a área. Era visível que a parte da mata se reduzia cada vez mais. Ficamos assim até 1998 quando conseguimos uma interdição por dois anos. Mas mesmo com a interdição, o fazendeiro continuava com o desmatamento

ilegal. Ia lá, derrubava e queimava. Era autuado pelo então Ibama e voltava a desmatar. Enfim, em quatro anos, a mata que monitoramos a presença do isolado no ano de 1996 tinha desaparecido por completo.

No final de 1996, o indígena consegue passar para uma outra fazenda utilizando uma mata contínua entre a fazenda anterior e a vizinha. Quando o fazendeiro descobre, começa a derrubar esse limite de mata, limpando esse contínuo para que o indígena não mais voltasse para área da fazenda – uma estratégia comum dos fazendeiros, pois sabem que os indígenas não transitam ou evitam transitar pelo pasto. De fato, o indígena não mais voltou para seu território anterior. A nova área que o indígena agora se encontrava passa a ser interditada. Porém, a partir do ano de 2004, não houve sentenças de interdição da área. Como nessa época eu não fazia parte do trabalho da Frente e não há nada registrado, não consigo precisar o que realmente aconteceu para que o fazendeiro do novo local onde o indígena se encontrava respeitasse a área. A primeira Restrição de Uso saiu apenas no ano de 2006.

Como uma forma de garantir sua sobrevivência dentro de um contexto que sabíamos que poderia ser morto, tentamos fazer o contato oficial com o indígena de 1996 a 1998. Imaginávamos que o indígena do Tanaru pudesse ter parentesco com os recém contatados Akuntsú e Kanoé ou com outros povos vizinhos desta região. Durante as expedições, levávamos indígenas que falavam diferentes línguas, chamando pelo isolado no mato, mas nunca houve nenhuma reação por parte do indígena do Tanaru.

Anos depois, eu saí do trabalho da Frente. De 2004 a 2005, uma nova equipe tentou efetivar o contato. Em 2005 aconteceu um acidente: um dos funcionários da Funai foi flechado pelo indígena. Com isso, o indígena do Tanaru se afastou da área que ocupava desde 1997. Deixou também de fazer suas roças. Em 2006, eu retorno para a Frente como coordenador. Iniciamos então um monitoramento da região, mas sempre respeitando a vontade dele, não forçamos mais nenhum tipo de contato. Começamos também a deixar diversos tipos de sementes com a intenção de fazer com que ele retomasse a roça. Deixamos as sementes, ele as consumia, mas não plantava. Em 2013, quando já tínhamos desistido da ideia de ele fazer a roça, encontramos uma área derrubada com plantação de mamão. Daí voltamos a deixar de novo sementes e, assim, ele recomeçou a plantar milho, além do mamão.

As expedições de fiscalização da área foram sempre terrestres. Como é uma área pequena, em três, quatro horas já encontrávamos tantas

materialidades da presença dele, inclusive, às vezes, com o próprio indígena batendo com machado no mato ou até mesmo tendo contato visual com ele na mata, que tínhamos que retornar e sair da área. Até parei de chamar de expedição por conta desse percurso que era feito de uma forma muito rápida. Nesses últimos anos de monitoramento, víamos que o indígena não tinha medo do “branco”, suas malocas eram construídas muito próximas do limite da área interdita e, muitas vezes, ele escutava o movimento dos “brancos” na fazenda, mas ficava ali, não procurava se esconder. Eu acredito que essa atitude era uma forma que tinha de se sentir confiante, de se afastar do medo que o afligiu por tantos anos.

A partir de 2012, percebi que ele já não tinha tanto medo da proximidade do “branco”. Ele evitava o contato, mas ficava ali bem perto da área do pasto, mesmo sabendo dos riscos. Estava mais tranquilo, inclusive com a nossa presença na área – aceitando também os objetos que deixávamos, como machado e facão. As mudanças que antes ele fazia, por conta da presença do “branco”, agora não mais existiam. As suas ocupações diferenciadas eram, agora, voltadas a demandas próprias dele: novos espaços para o roçado, novos lugares para construções de malocas etc. Antes de flechar o funcionário da Funai e fugir, também constatamos um período parecido em 2000 a 2003. Víamos que estava tranquilo, fazia roças enormes, mesmo sozinho.

O monitoramento que fazíamos objetivava também buscar o máximo de materialidades possíveis. Um procedimento comum em territórios habitados por isolados que não sabemos o grupo étnico no qual pertencem. Temos, nesses casos, a preocupação de, por exemplo, documentar hábitos alimentares, formas de ocupação, as coletas na mata, com o intuito de entender o contexto cultural deles. Nesse sentido, o que sempre nos chamou muito a atenção com relação ao indígena do Tanaru é o buraco que fazia dentro de sua maloca. Não consigo ter uma explicação certa para esse buraco, mas compreendo que tem uma importância muito grande para ele, pois é a primeira coisa que faz ao construir sua habitação. Eu nunca vi um tapiri que ele dormiu e ficou um ou dois dias sem a presença do buraco. Quando ele ia mudar para um outro local, ficava no tapiri velho, onde já havia o buraco, e só se mudava para o novo quando terminava de fazer o buraco – por isso, ele costumava ocupar dois lugares. No início, já aconteceu de a gente ficar em uma das casas dele por um tempo, e quando ele notou nossa presença no local, não se aproximou. Percebemos que ele estava em um outro tapiri. Não voltou mais a dormir no tapiri que tínhamos deixado as coisas para ele,

tinha uma outra casa. Foi, então, que percebemos esse movimento dele com relação às habitações. Ao longo desses anos, a gente encontrou muito pouco material que ajudasse a compreender o grupo étnico que ele pertencia. A flecha, por exemplo, é algo que os indígenas da região compartilham, logo é difícil de identificar qualquer relação étnica utilizando esse material ou outros que encontramos. Acredito que ele também deixou de fazer muitas coisas e ter certos pertences por serem de fabricação exclusiva de mulheres indígenas.

Em abril de 2022, deixamos uma máquina fotográfica na mata (em uma roça velha) e com essas imagens, tiradas em junho do mesmo ano, percebemos o quanto ele estava envelhecido e possivelmente doente. Estava muito magro, encurvado e usando uma espécie de bengala. Em agosto deste ano, numa das nossas fiscalizações, o encontramos morto, deitado em sua rede dentro da maloca. Eu pensava muito sobre esse momento, afinal ninguém é eterno. Pensava também no que poderia acontecer com a chegada da velhice – estimamos que estava com aproximadamente 60 anos. Me preocupava com possíveis acidentes também, uma árvore que poderia cair e machucá-lo, uma picada de cobra, alguém fazer algo de ruim com ele e com a possibilidade dele morrer sem nem termos a possibilidade de encontrarmos o corpo, afinal, com dois ou três meses, certos vestígios desaparecem e, com isso, ficaria difícil de encontrá-lo e saber o que aconteceu. Qualquer acidente já nessa idade seria um problema sério para ele pelo fato de estar sozinho.

Do jeito que a morte chegou para o indígena do Tanaru, me pareceu que foi tranquilo, por mais triste que toda a situação seja. Pelos vestígios que encontramos e pelas primeiras análises periciais, não houve nenhuma ação externa – fratura, perfuração ou presença ilegal de pessoas na região. Com as imagens que vimos em junho e outros fatos que constatamos dentro da maloca dele após sua morte, como por exemplo o arco e as flechas que possivelmente não estavam sendo usadas há quatro ou cinco meses (muita fuligem sobre as flechas e os arcos), ele já vinha bem debilitado, não caçava mais. Acredito que ele teve tempo de se preparar para o seu momento final. Vejo que a alimentação, embora sem carne, não foi um problema nesses últimos tempos, porque ainda tinha mamão e milho. Ali deitado na rede, quando o vi, me parece que essa passagem para a morte foi serena, não acredito que houve sofrimento. Encontramos ele deitado na rede, vestido com um feixe nas costas – confeccionado de casca de envira – que tinham penas na parte de cima e com colar no pescoço. Não me pareceu que se

deitou para dormir.

Até o final de seus dias ele evitou o contato, pois acredito que se quisesse ou precisasse, poderia ter pedido ajuda ao pessoal da fazenda – ele estava a apenas 700 metros de encontrar com alguém. E não procurou. A decisão dele no fim, assim como todas que constatei desde o início do meu trabalho, foi ficar ali, só. Penso que todo o ritual que poderia fazer ao pressentir a chegada da morte, ele fez. Agora o que vai acontecer com o território que habitava, já não depende de mim, da Funai, mas me esforçarei para que parte do território dele seja reconhecido pelo Estado, que a sua luta e a sua resistência sejam reconhecidas, em memória do que ele foi. Tenho certeza de que esse pedaço de mata, não vai fazer falta para ninguém.

É importante ter essa compensação, seria um marco importante no indigenismo, um primeiro caso de preservação da memória de um grupo isolado. Relevante até para servir de referência a outros grupos isolados que estão indo no mesmo caminho que o indígena do Tanaru: a existência de poucos indígenas, hoje três, dois, amanhã apenas um... O resultado de todo um grupo que um dia existiu e resistiu para sobreviver frente ao caos que suas vidas se tornaram.

Imagem 1 - Casa do índio do Tanarú. Terra Indígena Tanaru.



Foto: Altair Algayer, 2022.